

## Mulher Idosa: liberdade, protagonismo e encargo

### Elderly Woman: freedom, participation and charge

*Maria das Graças Cunha Gomes\**

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo desenvolver reflexões sobre a busca de inserção de mulheres nos espaços associativos, como forma de usufruto da liberdade que afirmam enfim, haver conquistado. A problematização passa pelas novas demandas que se colocam na ordem societária para uma população que envelhece e particularmente para as mulheres que ensaiam vôos libertários, limitados pelo pesado ônus de continuar cuidando da família. O trabalho é parte de uma pesquisa realizada junto a mulheres idosas participantes de atividades associativas na região metropolitana da Grande Vitória-Espírito Santo. O resultado da pesquisa aponta para novas possibilidades de expansão do universo social da mulher, limitado pela infinidade de encargos que ainda lhes são atribuídos.

**Palavras-chave:** Envelhecimento. Mulher Idosa. Participação Social.

**Abstract:** This article aims to develop ideas on the search for inclusion of women in associative areas, as a form of enjoyment of liberty that affirm finally, be won. The problem is the new demands that arise in order for a company that is growing older population and particularly for women who test flights libertarian, limited by the burden of continuing care of the family. The work is part of a search conducted with the older women participating in association activities in the metropolitan area of Grande Vitória, Espírito Santo. The result of the research points to new possibilities of expansion of the social universe of women, limited by the multitude of charges that they are still allocated.

**Keywords:** Aging. Elderly women. Social Participation.

*Recebido em 19/11/2010. Aprovado em 17/12/2010*

---

\* Assistente Social, mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo, doutora em Serviço Social pela PUC-Rio. Professora adjunta do Departamento de Serviço Social da UFES. Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre o Envelhecimento e Assessoramento à Pessoa Idosa-DSS/UFES. E-mail: gracag7@hotmail.com

## Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar parte do resultado de uma pesquisa realizada com vistas ao aprofundamento de estudos relacionados ao envelhecimento humano, particularmente ao envelhecimento feminino no que se refere às suas práticas associativas.

A velhice é contextualizada a partir dos mais recentes indicadores, em que são apontadas as dificuldades e as possibilidades que se apresentam para uma população que envelhece num país para cuja realidade não está preparado, e que dispõe de uma legislação tão avançada quanto distanciada da efetividade requerida. Procuo caracterizar a face feminina do envelhecimento e as implicações deste fenômeno para a vida pessoal e social das mulheres, notadamente quanto à responsabilidade que algumas passam a ter como provedoras e na continuidade do cuidado de familiares.

Os espaços interativos que dão expressão ao movimento social da pessoa idosa, alvo deste estudo, são dimensionados como aqueles onde pode se dar o alargamento da política e, nesta perspectiva, merecem destaque as postulações de que a ação política pode ser influenciada por decisões tomadas por cidadãos comuns, com base em suas demandas cotidianas.

Os sujeitos da pesquisa em foco foram 25 mulheres, com idade igual e superior a 60 anos, integrantes de Grupos de Convivência, Conselhos, Fóruns de

Defesa de Direitos e Programas de Extensão Universitária. A escolha dessas modalidades participativas foi decorrente do fato de que estes espaços, além do caráter associativo que lhes são inerentes, mantêm uma estrutura permanente, uma institucionalidade e uma natureza programática pertinente aos propósitos deste estudo: uma perspectiva mais centrada em questões educativas e sócio-culturais (Programas de Extensão Universitária e Grupos de Convivência), e outra com acento em questões mais políticas (Conselhos e Fórum). Busquei contemplar mulheres com grau de instrução diferenciado, situação sócio-econômica também diferenciada – muito embora a maioria seja componente da classe média – e com inserção nas diversas modalidades associativas, conforme acima especificadas. Ao levar em conta essa diversidade, o meu propósito era o de verificar em que medida esta influenciaria os posicionamentos ou práticas sociais das mulheres alvo da pesquisa.

O estudo pautou-se em uma abordagem qualitativa, baseada na perspectiva dialética de análise e interpretação da realidade por ser esta uma vertente capaz de captar o movimento histórico dessa mesma realidade e desenvolveu-se por meio de entrevistas estruturadas, de modo a captar o perfil individual, familiar e social das entrevistadas. Para este fim, busquei identificar alguns demarcadores indicativos da trajetória familiar (origem,

configuração, deslocamentos, assunção de papéis), do trabalho profissional (natureza, formalização, mudanças) e participação social (número, tipo e natureza da(s) entidade(s) e o reflexo desse processo participativo para a vida das entrevistadas). Procurei ainda, por meio da pesquisa, conhecer a percepção das entrevistadas sobre a questão do envelhecimento, bem como sobre as implicações do mesmo para a sua subjetividade. Esta modalidade de pesquisa possibilitou uma melhor compreensão quanto à dinâmica da vida cotidiana e societária das entrevistadas, nas suas particularidades e expressões mais abrangentes do contexto societário. Ao buscar identificar as principais características que definem a identidade da mulher idosa na contemporaneidade, o meu objetivo era o de captar o potencial político dessas mulheres em espaços associativos e compor um quadro configurador dos elementos que impulsionam ou fragilizam os processos organizativos em curso. Do ponto de vista ético, comprometi-me a manter o anonimato das entrevistadas e devolver o resultado da pesquisa nos fóruns de participação das mulheres, em espaços institucionais e técnico-científicos.

### **1 A mulher idosa na cena pública: entre a liberdade, o protagonismo e o encargo**

Para o entendimento dessa nova inserção societária da mulher que envelhece e que procura a expansão da sua

subjetividade e do seu protagonismo político nos espaços públicos, torna-se necessária uma abordagem sobre o processo de envelhecimento.

O envelhecimento humano emerge como um dos fenômenos mais significativos dos últimos tempos. Vem compor um quadro que reafirma diferenças e ao mesmo tempo introduz formas inovadoras nos processos sociais vigentes. É um fenômeno que surpreende pela dimensão quantitativa, mas também pelo potencial de mudança que anuncia.

O impacto que o envelhecimento acarretará (ou já acarreta) deve ser considerado nas suas múltiplas dimensões, quais sejam: as de natureza demográfica, no sistema de saúde, previdenciário, familiar, sócio-cultural e educacional, dentre outros.

Se, de um lado, as mudanças são muito significativas e evidenciam a necessidade de um novo foco na compreensão das relações e demandas que se apresentam no atual cenário, de outro, ainda persistem situações em que o sujeito idoso é portador das mais perversas situações de privação e destituído dos seus direitos mais elementares de cidadania.

A questão da velhice, portanto, particularmente na nossa realidade, deve ser vista e analisada sob uma ótica em que o horizonte que se vislumbra ainda é matizado por um claro-escuro que denota possibilidades de um lado, mas que de outro, ainda se caracteriza por uma imensa vulnerabilidade e um

pesado ônus, sobretudo para as classes economicamente menos favorecidas, e que, por isso mesmo, deve ser entendida a partir desta dialética.<sup>1</sup>

A problemática se coloca, portanto, num quadro mais amplo que passa a situar a velhice no contexto de uma sociedade caracterizada por imensas desigualdades sociais, à qual devem ser acrescentadas as transformações que se dão no âmbito das relações familiares, do mundo do trabalho, das novas formas de sociabilidade e (possibilidade) de partilha democrática na gestão pública dos interesses de cidadania.

A população brasileira com idade igual ou superior a 60 anos chega perto de 15 milhões de habitantes, conforme o censo demográfico de 2002, publicado pelo IBGE. Dentre outros aspectos, três temas que decorrem desse fenômeno são importantes no contexto deste trabalho: a feminilização da velhice, a solidão e a inserção do idoso no contexto familiar.

De acordo com dados censitários do IBGE, de 1950 a 2000, e projeções do IPEA (CAMARANO, et al., 2005) o

---

<sup>1</sup> Guita Debert é uma autora que vem estudando essa face dual da velhice. Confronte DEBERT, Guita G. *A reinvenção da velhice*. São Paulo: EDUSP, 1999. A autora problematiza o idoso como fonte de recurso, numa alusão à velhice ativa que se traduz por representações gratificantes na 3ª idade, o que se constitui num elemento ativo para a reprivatização da velhice. Por outro lado, a visibilidade conquistada pelas experiências inovadoras e bem-sucedidas fecha o espaço para as situações de abandono e dependência.

envelhecimento é também uma questão de gênero. Em consequência da sobremortalidade masculina, as mulheres predominam entre os idosos. Em 2000, representaram 55% da população idosa. Quanto mais velho o contingente idoso, mais elevada é a proporção de mulheres. Assim, para o grupo com 80 anos e mais, o percentual comparável eleva-se para 60%. De outra parte, a proporção de homens casados é maior que a de mulheres, respectivamente, 79% e 43%, sendo, entretanto, maior o número de viúvas (FREITAS, 2004).

O longo tempo de vida em que passam sozinhas, a redução de rendimentos, a debilitação biológica, a maior vulnerabilidade a deficiências físicas, além da falta de experiência no mercado formal de trabalho, são algumas das consequências vislumbradas por estudiosos sobre a questão, os quais chamam a atenção para a repercussão do fenômeno no âmbito das políticas públicas.

Mas, se esta realidade, por um lado, implica em ônus para a sociedade, por outro, as mulheres estão cada vez mais assumindo responsabilidades tanto no que se relaciona ao cuidado, como na provisão de despesas da família.

De acordo com dados do IBGE (BRAVIN, 2002), na cidade de Vitória aumentou a proporção de idosos responsáveis pelos domicílios. Em 2000, dos 16.380 lares comandados por idosos na Capital, 60,1% (9.844 casas) tinham

as mulheres à frente. Em 1991, a proporção era de 38,7% de mulheres e 61,3% de homens (BRAVIN, 2002).

A viuvez feminina tem sido um elemento muito destacado nas análises empreendidas sobre o papel social que a mulher idosa vem assumindo. Em muitos casos, esta situação é tida como um passaporte para a liberdade nunca antes experimentada. Os estudos que vêm sendo empreendidos (DEBERT, 1999) demonstram a existência de dois sentimentos decorrentes do estado de viuvez: ou a solidão, ou a libertação. Os dois temas, contudo, requerem que se levem em conta alguns condicionantes. Sobre a solidão é importante pensá-la, por exemplo, como uma escolha em que o estar (ou morar) só não significa necessariamente viver na solidão ou em estado de abandono. “[...] viver só pode ser um estágio temporário do ciclo de vida e pode estar refletindo preferências. Na verdade, a proximidade geográfica nem sempre pode ser traduzida por maior frequência de contato com filhos ou netos” (CAMARANO, 2002, p. 61).

Um outro tema que destaco para subsidiar as reflexões deste trabalho referem-se à inserção do idoso no contexto familiar. Uma primeira questão que se apresenta é exatamente a alteração nos modelos familiares que decorrem das mudanças mais amplas do contexto societário. Sem entrar na discussão sobre o papel da família na ancoragem de relações sólidas ou fragilidades individuais, importa, nesta abordagem, discutir a sua importância para o

suporte físico e/ou emocional da pessoa idosa. Neste sentido, é importante ressaltar que a longevidade vai exigir que se abra o debate sobre as relações familiares e sobre as novas possibilidades de convívio da pessoa idosa.

Convém aqui registrar algumas mudanças nos arranjos familiares decorrentes do envelhecimento populacional. Uma dessas mudanças, conforme Camarano et al (2005), é a maior proporção de famílias com pelo menos um idoso, possibilitando maior convivência intergeracional. Em 2000, 24,1% do total das famílias brasileiras, continha pelo menos uma pessoa na faixa dos 60 anos e mais.

De acordo com dados do IBGE, de 2000, a universalização dos benefícios da seguridade social, contribuiu positivamente para que as famílias com membros idosos tivessem um aumento de suas rendas e, conseqüentemente, melhores condições de vida. De um modo geral, a aposentadoria constituiu-se num importante reforço ao orçamento familiar das camadas médias e tornando-se, muitas vezes, o elemento de sobrevivência das famílias mais pobres. Nesse caso, a aposentadoria demarca uma nova forma de *olhar* para a velhice. Há que se acrescentar a importância das pensões e do Benefício da Prestação Continuada (BPC) – benefício assistencial, no suporte ao sustento das famílias, pelos idosos.

Na atual sociedade do desemprego ou da precarização do trabalho, as pessoas idosas estão assumindo cada vez mais o papel de provedoras. Vêm re-

presentando o lado estável da vida familiar. Se, por um lado, esta realidade pode lhe conferir um papel social mais importante no âmbito das relações familiares, por outro, é inegável o ônus da privação e de maior carga de trabalho. Isso porque há a necessidade de dividir a aposentadoria – de um modo geral, já bastante comprometida – para suprir necessidades de filhos ou netos desempregados, ou ter que recorrer a outras atividades ocupacionais, para completar a renda familiar.

Esta questão tem sido mencionada como importante nos indicadores de violência contra a pessoa idosa. São freqüentes os registros de violência, por extorsão, cometida por familiares aos seus ascendentes, possuidores de algum recurso. A possibilidade de tomar empréstimos bancários, com a garantia de desconto em proventos previdenciários, tem atraído instituições financeiras, que seduzem os tomadores, com promessas de suavidade no pagamento. Isso tem levado muitos idosos a se endividarem para resolver problemas familiares o que está acarretando um ônus muito grande, não só econômico, mas psicológico, na medida em que sofrem as conseqüências e as pressões do endividamento.

Responsabilizar-se pela família, portanto, continua fazendo parte dos encargos das pessoas idosas.

É a partir desse cenário, posto para uma população idosa que cresce quantitativa e qualitativamente, que se

procura entender o sentido das buscas femininas, em espaços públicos. No caso específico deste estudo, a configuração do perfil das mulheres, alvo da presente pesquisa, vem fornecer parâmetros para melhor entendimento da questão.

### **1.1 O Universo das Mulheres Entrevistadas**

Tem-se uma predominância de mulheres sem vínculo matrimonial ou sem um parceiro, o que lhes facilita a busca por espaços de convivência fora do lar, muito embora, para algumas, essa prática associativa não seja recente.

O nível de escolaridade predominante é o segundo grau, seguido daquelas que declararam ter cursado o primeiro grau completo (sendo que duas delas não chegaram a completá-lo) e finalmente aquelas que chegaram ao curso superior.

No que se refere à atividade profissional e à relação com a escolaridade, apenas duas entrevistadas não trabalharam fora do lar e tinham baixo grau de instrução (primeiro grau). As duas atividades mais citadas foram professora (quatro com o segundo grau e três com o terceiro) e funcionária pública (duas com o segundo e duas com o terceiro grau). De um modo geral, não obstante algumas diferenças do ponto de vista sócio-cultural e de renda, as entrevistadas integram a camada média do estrato populacional.

A quase totalidade das entrevistadas sempre trabalhou fora do lar, não se confirmando a hipótese inicial de que estas mulheres só agora saíam de casa em busca de Espaços Públicos.

Na verdade, a natureza do espaço mudou: de uma atividade profissional ou religiosa para um associativismo pautado na cultura e no lazer. De qualquer forma, se estas buscas atuais poderiam configurar uma ruptura com tradicionais padrões conservadores ou opressores, estas não são (ou não foram) as únicas.

Na visão das entrevistadas, os espaços de participação não se diferenciam muito em decorrência da natureza de suas respectivas propostas (embora esta diferença seja evidente e reconhecida por algumas), mas, na verdade, o mais valorizado é o que eles têm em comum: o espaço da acolhida e a possibilidade de pertencimento. A dimensão da política ainda é embrionária e, em muitos casos, não desejada. A velhice é valorizada no que pode potencializar as individualidades e não se configura uma perspectiva de desenvolver processos sociais e lutas por defesa de direitos a partir dessa categoria.

As entrevistadas declararam ter entre 59 a 80 anos, sendo que a maioria delas estavam na faixa dos 65 a 75 anos. Seis pessoas tinham entre 71 e 76 anos e doze mais de 70 anos, o que aponta para uma prática associativa destas mulheres em idade bem avançada.

Apesar de a maioria já ter tido experiência em movimentos associativos (Igrejas ou Entidades Profissionais), a novidade é a participação nos chamados espaços para a terceira idade em que é demonstrada uma face da mulher ainda não exposta – aquela que lhe traz prazer e ampliação da autoestima.

Este fenômeno vem alterar não só o aspecto da sociabilidade, mas tem implicações diretas nas relações familiares. Indicadores oficiais (IBGE, 2004) apontam expressivas alterações da chefia familiar: aumentou consideravelmente o número de mulheres que se declaram como pessoa de referência. O envelhecimento populacional, as condições de auto-sustentação e a maior expectativa de vida levaram a um aumento de mulheres morando sozinhas. Ser *chefe* de família, morar só, ou com a família no entorno, vem possibilitar uma maior autonomia das mulheres nos seus processos decisórios, notadamente pelo suporte financeiro que passa a ser relevante na estrutura familiar. Mas se, por um lado, esta dimensão pode facultar maior autonomia, por outro, traz outras implicações, principalmente quanto ao usufruto da liberdade que afirmam haver conquistado.

O fato de as mulheres entrevistadas terem tido uma inserção no mercado de trabalho, constitui-se num divisor de águas tanto nas relações familiares quanto no âmbito societário mais amplo.

Tal assertiva pode ser explicada pelo que isto significa quanto à autonomia decorrente de apropriação econômica e de saberes – importantes na organização e estabilidade familiar e na aquisição de status pessoal, possibilitador de uma vida menos submissa. É fato, também, que o trabalho remunerado, por si, não garante essa emancipação feminina. Naturalmente outros elementos como a condição de classe e a educação são fundamentais na análise da questão. Há que se levar em conta outras mediações importantes. Em primeiro lugar, reconhecer que se o mundo público (dos negócios, do trabalho, da política) favorece a emancipação feminina, isto não se dá sem um pesado ônus, tendo em vista a incorporação de novos papéis sem a abdicção daqueles que já fazem parte da *condição de ser mulher*, atribuídos pela condição biológica e cultural.

Esta é uma questão que tem suscitado muitos estudos e uma das questões de fundo é a própria conceitualização de trabalho em que se colocam não apenas o trabalho formal, remunerado, mas também o trabalho doméstico, o trabalho não remunerado, o trabalho informal, o trabalho social, dentre outros.

São elementos importantes para refletirmos melhor sobre o aspecto conciliatório que possibilita às mulheres um protagonismo para além do trabalho (entendido como atividades formais, informais ou domésticas) ou num outro pólo, a tomada de posição ou a ruptura, face a condicionamentos o-

pressores ou de relações assimétricas. A abordagem sobre o trabalho que aqui destacamos o coloca como fonte de possibilidades emancipatórias para a mulher, sem obscurecer, naturalmente, o ônus pago pelas conquistas e avanços.

## 1.2 A Rede Familiar

À exceção de duas entrevistadas solteiras, todas possuem filhos, variando de 2 a 7. Os filhos, em geral, têm uma idade média de 41 anos e uma média de filhos (netos das entrevistadas) menor que a da progenitora, variando de 1 a 4 filhos.

De um modo geral, as entrevistadas não recebem ajuda dos filhos. Quando muito, esporadicamente<sup>2</sup>. Alegam que não necessitam, pois têm a aposentadoria. Geralmente, dá-se o contrário: os filhos são ajudados pela mãe ou financeiramente ou pelo cuidado com netos (*tomando conta* enquanto os pais trabalham ou levando e trazendo da escola, cuidando nos períodos de doença etc.).

Um outro aspecto que merece destaque são os re-arranjos habitacionais. Eles dão materialidade à rede de ajuda mútua que se instala na família. Geralmente, essas mulheres têm casa

---

<sup>2</sup> Referência aos aspectos financeiros. Não consideraram o significado do *viver próximo* – uma realidade muito presente e que pode favorecer a ajuda recíproca, muito embora a ajuda das mães para os filhos e/ou netos, seja mais evidente.

própria, e estão construindo espaços adicionais, na parte superior ou nos fundos, para abrigar filhos separados ou com família, com alguma dificuldade financeira.

A problemática familiar, tal como se evidencia hoje, traz novos elementos para se pensar o papel social da pessoa idosa. As relações intergeracionais tendem a se alterar ou pelo fato de a velhice já se colocar como um fator significativo enquanto questão de natureza social e política, ou pelo papel da população idosa no cuidado ou na subvenção da família. O certo é que novos parâmetros se fazem necessários para dimensionar elementos relacionados ao convívio, ao papel social, enfim, à dinâmica familiar na relação com os seus idosos. Estes, não obstante as tradicionais e perversas situações de isolamento, abandono e indiferença em face de questões tão complexas quanto diversificadas, já experimentam relações diferenciadas no cotidiano familiar.

Evidentemente que a vivência de relações mais qualitativas, pautadas no afeto e respeito, não é uma situação apenas circunscrita ao contexto atual. O que se coloca como fenômeno que altera um modo de representação social é o fato de que a relação de dependência se modifica nos modelos familiares atualmente constituídos. Pensar esta questão, portanto, implica situar a família contemporânea no contexto sócio-político e econômico vigente. Só a partir desse entendimento é possível compreender as relações geracionais familiares em que o idoso

é simultaneamente um elemento valorizado por laços afetivos ou por imperativos de necessidades materiais, mas, ao mesmo tempo, e talvez por esta última condição, sujeito a situações de violência e a maus tratos físicos e psicológicos.

Predomina hoje um modelo de família nuclear, reduzida. No entanto, crescem aquelas que abrigam mais de duas gerações em virtude do retorno de filhos – desempregados ou separados, e seus descendentes – à casa dos pais, aposentados. Esta é uma questão importante, vez que tem uma relação muito direta com situações constatadas no âmbito desta pesquisa. Para o bem ou para o mal, as mudanças sócio-familiares refletem-se de uma forma muito significativa junto às gerações mais velhas.

Na verdade, as mulheres entrevistadas ao buscarem usufruir dos novos espaços de relacionamentos e ações sócio-culturais o fazem tão intensamente quanto é intensa a sua luta para ajudar na estabilidade do lar. Ao indagarmos se o fato da entrevistada ou das integrantes dos seus grupos participarem de atividades fora lar poderia trazer alguma conseqüência para as relações familiares, responderam que não, ressaltando que as tarefas domésticas são feitas antes de irem para o grupo e que a mulher “só se joga numa coisa assim, quando dá conta”. De acordo com depoimentos, as mulheres têm grande capacidade de organização e conseguem conciliar o trabalho doméstico e a participação em grupos, porém afirmam que “há muitas avós

que não podem usufruir mais porque estão tomando conta dos netos.”

A maioria dos depoimentos aponta para a inexistência de transtorno em casa com a saída das mulheres (mesmo daquelas que participam de muitos grupos). De um modo geral, as que saem de casa ou o fazem porque dispõem de tempo ou porque se organizam e deixam as atividades domésticas já encaminhadas.

Conforme Venturini e Recaman (2004), o mundo privado é também o espaço onde as brasileiras identificam as piores coisas da condição feminina, principalmente pelo conjunto complexo de tarefas e obrigações que socialmente as mulheres têm em relação à instituição familiar.

Na análise de Venturini e Recaman (2004), essa percepção crítica não deve ser lida como uma desvalorização da família. Ao contrário, essa instituição é considerada satisfatória pela maioria (70%) das entrevistadas da pesquisa dos citados autores. A ambigüidade da valorização/rejeição da família apenas denuncia a situação de exploração vivida pelas mulheres, refletindo a contradição de ter o olhar voltado para o mundo público e, ao mesmo tempo, ter de assumir as responsabilidades e cumprir os papéis marcados por uma divisão sexual do trabalho ainda acentuadamente desigual.

Isso significa que pesa sobre o universo das mulheres o ônus daquilo que constitui a sua *condição feminina* e que nenhum movimento libertário foi ca-

paz de suprimir: o papel de suporte, de complementaridade, de equilíbrio familiar. A capacidade de superar-se, de anular-se ou de se recompor para promover a estabilidade doméstica.

### Conclusão

Conforme explicitado anteriormente, meu objetivo no desenvolvimento dessa pesquisa era o de captar o potencial político das mulheres entrevistadas, em espaços associativos, e compor um quadro configurador dos elementos que impulsionam ou fragilizam os processos organizativos em curso.

A pesquisa confirmou o papel dos espaços associativos no fortalecimento de sujeitos mais conscientes como consumidores de direitos relacionados à vida diária. Os sujeitos (as mulheres entrevistadas), reforçados na sua autoestima, retomam papéis na cena doméstica, mais respeitados, não obstante o processo de envelhecimento – que culturalmente leva as pessoas a papéis menos significativos. Este respeito se dá pelas novas aquisições de conhecimentos e possibilidades de ampliação do universo de sociabilidade, contatos, apoios afetivos, mas também, e principalmente, pelo suporte econômico ou pelo papel que passam a assumir no entorno da família, particularmente no âmbito do cuidado.

A identidade de velhice é reconhecida no discurso, mas poucas afirmaram sentir-se velhas. Essa posição é justificada pelo fato de estarem ativas e não dependerem de ninguém para as ati-

vidades da vida diária. É um posicionamento que reflete os valores culturais da nossa sociedade que, ao consagrar cada vez mais o belo, o esteticamente aceitável nos padrões de consumo vigentes, torna os sinais do envelhecimento uma marca difícil de assumir. Se essa identidade, no plano individual não é fácil de ser incorporada, menos ainda no coletivo que requer muita luta e um efetivo controle social para o acesso aos direitos básicos de sobrevivência e dignidade.

A questão política que pode levar a um nível emancipatório, de alteração de formas opressivas e dominadoras – para o qual é necessário um processo organizativo inscrito na natureza mesma dos espaços associativos – ainda é inexistente como um projeto coletivo, mas não se pode dizer seja uma questão banida dos interesses dos grupos.

Na verdade, há integrantes com potencial e interesse político, com liderança reconhecida, que vêm ampliando seu âmbito de atuação e ocupação de espaços na cena pública e no controle social, influenciando os processos grupais.

Se a dimensão política ainda é embrionária como força coletiva, não se pode obscurecer o seu crescimento, patente nas respostas mobilizatórias, notadamente no que se refere à discussão de políticas setoriais. Mas é sempre oportuno mencionar que a falta de tradição de participação, o conhecimento ainda reduzido de determinados temas e a cultura da re-

presentatividade, entre outros, são fatores que fragilizam os movimentos na sua dimensão política, mas não há dúvida: estão sendo implantados novos processos e uma nova cultura, em que a busca de conhecimento, as articulações institucionais e a prestação de contas públicas tornam irreversível esse crescimento. Por outro lado, não se pode deixar de reconhecer que essa dimensão política não seja evidente no âmbito do indivíduo, que faz rupturas e escolhas.

A pesquisa não deixa dúvida quanto ao fato de que as mulheres entrevistadas compõem um segmento populacional que se insere num patamar de positividade da velhice.

Na verdade, as entrevistadas se sentem gozando uma liberdade para dispor de seu tempo livre, mas esse tempo livre é condicionado, na maioria das vezes, pelo cumprimento das tarefas domésticas no apoio ao grupo familiar. A dimensão da liberdade é aquela que cabe nos padrões sociais ou ainda aquela que faculta a luta pelo seu bem-estar, muito embora não se possam negar as mudanças que não são pequenas com relação às gerações anteriores, principalmente no que concerne a certos padrões culturais. Já se evidencia uma ruptura com determinados valores notadamente no âmbito do lugar social do velho e, no caso específico desta pesquisa, do lugar social da mulher que envelhece.

Trata-se de uma celebração à vida pela possibilidade de sair de casa, interagir com outros atores, ter autonomia e

liberdade, muito embora essa liberdade possa ser comparada ao que Bauman (2001) classifica como uma pseudo-liberdade. Bauman problematiza a liberdade e o seu caráter objetivo e subjetivo. Discute a possibilidade de que a liberdade sentida não seja de fato liberdade. Que as pessoas possam estar satisfeitas com o que lhes cabe, mesmo que o que lhes cabe esteja longe de ser *objetivamente* satisfatório; que vivendo na escravidão, se sintam livres e, portanto, não experimentem a necessidade de se libertar, e assim percam a chance de se tornarem genuinamente livres.

Como vimos, a liberdade, considerada como a grande conquista desta etapa da vida, é limitada. O seu usufruto é regulado pelos enormes encargos que ainda pesam sobre os ombros de uma mulher que já trabalhou muito, que sofreu muitas privações e dominação, decorrentes de um modelo familiar patriarcal. Finalmente agora, idosas, mas com alguma energia, essas mulheres poderiam dispor de maior autonomia para usufruir dessa liberdade de acordo com os seus interesses e desejos. Mas não é isso que acontece. Como diz uma entrevistada: “A vida está muito boa. Gostaria de ser um pássaro e que ninguém segurasse as minhas asas. Mas às vezes fico presa, por causa do meu irmão paraplégico, de quem cuido!” (E.A.N. 71 anos).

## Referências

- BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BRAVIN, Adriana. Mais Idoso sustentam famílias: em Vitória, mulheres chefiam casas. **A Gazeta**, Vitória, 26 ago. 2002.
- CAMARANO, Ana Amélia et al. **Idosos brasileiros: indicadores de condições de vida e de acompanhamento de políticas**. Brasília: Presidência da República, Subsecretaria de Direito Humanos, 2005.
- CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Os novos idosos brasileiros muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.
- DEBERT, Guita G. **A reinvenção da velhice**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- FREITAS, Elizabete Viana. Demografia e Epidemiologia do Envelhecimento. In: PY et al (Org.). **Tempo de envelhecer**. Rio de Janeiro: NAU Ed., 2004.
- IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais 2004 - Idosos**. Rio de Janeiro, 2004.
- VENTURI, Gustavo; RECAMAN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Org.). **A mulher brasileira no espaço público e privado**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2004.

\